



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal de Administração

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2024

EMITIDA EM: 06/11/2024

PROCESSO N.º: 13898/2024

SECRETARIA DE SAÚDE

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

De acordo com o que determina o Art. 75, Inciso I, da Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 e demais alterações, o Decreto Municipal 3648/2023 e a Lei Complementar 123/2006. A fim de cumprir os princípios da administração pública da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na contratação de obras e/ou serviços de engenharia, torna pública a presente dispensa de licitação, conforme o Inciso I do art. 75 da Lei 14.133/2021. Informando, a quem possa interessar, que a Divisão de Compras receberá propostas conforme abaixo:

OBJETO	<p>O objetivo do presente chamamento é selecionar, dentre os participantes que se apresentarem, a melhor proposta de acordo com as regras estabelecidas neste termo, visando à contratação de empresa especializada, com FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E CALÇAMENTO AO ENTORNO DO NOVO IMÓVEL DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO BAIRRO POUSO ALEGRE – SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ, de conformidade com as especificações trazidas nos <u>anexos</u> que contém Minuta do Contrato (Anexo I), Declaração Unificada (Anexo II), Metodologia para cálculo de garantia adicional (Anexo III), Declaração de conhecimento dos locais e condições (Anexo IV), Caderno de Encargos (Anexo V), a composição de custos: BDI (Anexo VI), Memória de Cálculo (Anexo VII) e Planilha Orçamentária (Anexo VIII), o Cronograma Físico-financeiro (Anexo IX) e o Projeto Básico (Anexo X) para execução do objeto.</p> <p>VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 107.594,30</p>
---------------	--

1- APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS:

- 1.1 Os envelopes, conforme descritos na cláusula primeira, deverão ser **entregues na Divisão de Compras** da Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto (**presencialmente ou via Correios**), na Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ, das 09:30 as 16:00 até dia **13 de novembro de 2024.**
- 1.2 A abertura dos envelopes se dará na Divisão de Compras, situado na Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, 2º andar, Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ

Local: Sala da Divisão de Compras

Data: 14/11/2024

Horário: 10:00 horas

2- DOS ENVELOPES.

- 2.1 Para participação neste Chamamento o participante se credenciará conforme os prazos e condições descritos acima, com os envelopes abaixo especificados:
- 2.2 **Envelopes “1” e “2”** – contendo a proposta e documentação, serão apresentados da seguinte forma:
- 1) Fechado;
 - 2) Com identificação do licitante;
 - 3) Discriminando qual é o envelope “1” e o envelope “2”.



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Secretaria Municipal de Administração

3- ENVELOPE “1” PROPOSTA:

3.1 A proposta de preço deve ser apresentada em envelope lacrado, conforme abaixo e demais exigências constantes no item 4, II do Caderno de Encargos:

A – Proposta Comercial digitada e assinada, contendo o valor global da contratação em moeda nacional. Usar papel próprio da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas. Deverá conter CNPJ, número de telefone e e-mail para contato com a empresa, além do nome, RG e CPF de seu representante legal para efeitos de assinatura de contrato;

B – Apresentar, junto à proposta, Planilha Orçamentária contendo os preços unitários, em reais, com no máximo duas casas decimais, para execução de cada item;

C – Apresentar junto à proposta Cronograma Físico-Financeiro com objeto e valores devidamente detalhados em planilha.

3.2 Será desclassificada a proposta que:

3.2.1 Contiver vícios insanáveis;

3.2.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico e anexos;

3.2.3 Apresentar preços inconsistentes ou inexequíveis;

3.2.4 Não apresentar sua exequibilidade demonstrada, quando ao exigido pela Administração;

3.2.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

3.3 A análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

3.3.1 Nos regimes de execução por empreitada por preço global, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

3.3.2 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos os valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

3.3.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

3.3.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

3.4 O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da sua entrega.

3.5 A empresa classificada como vencedora deverá encaminhar a planilha orçamentária detalhada em formato digital (XLS-Excel) para o e-mail setortecnicoplanej@gmail.com, visando facilitar a conferência dos valores nela expressos.

4- ENVELOPE “2” HABILITAÇÃO:

4.1 Os documentos de habilitação devem ser apresentados em envelope lacrado, conforme exigências abaixo:

A – Cópia do Contrato Social, ou a última alteração contratual onde consigne o responsável legal pela firma, ou documento equivalente.

B – Certidão que comprova a regularidade com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal do domicílio ou sede do proponente, com prazo de validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não estiver consignado na mesma o prazo de validade;

B. 1 – A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de certidão da dívida ativa do Estado, de conformidade com a resolução PGE/SER nº 033/04, publicada no D.O.E, em 25 de novembro de 2004.

C – Certidão que prova regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

D – CNDT – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei 12.440 de 2011);

E – Declaração unificada, conforme Anexo II;



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Secretaria Municipal de Administração

F – Atestado de Visita Técnica ou declaração de conhecimento dos locais, conforme item 4, I do Caderno de Encargos. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, a declaração de conhecimento dos locais deverá ser assinada pelo seu responsável técnico e responsável pela empresa, conforme anexo IV

G – A empresa deverá apresentar cópia da Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RJ), que habilite a empresa no ramo pertinente ao objeto desta contratação, com validade para o presente exercício.

G.1 – A empresa deverá apresentar do **seu responsável técnico** Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

G.2 – O licitante deverá apresentar comprovação em nome de profissional(is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente (Engenheiro ou Arquiteto), que tenha vínculo profissional formal com o licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para assinatura de contrato e que conste na Certidão de Registro do CREA ou CAU como responsável técnico do licitante, de acordo com o Art. 67, e seus Incisos da Lei 14.133/2021;

H – O documento abaixo não deverá constar no envelope, sendo necessária sua apresentação apenas pela empresa vencedora, após a ordem para início dos serviços:

H.1 – Apresentar ART referente à execução da obra após a ordem para início dos serviços. Esta ordem será expedida pelo Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão.

5- DOS PRAZOS

5.1 O prazo de execução dos serviços será de **60 (sessenta) dias consecutivos os, com sua vigência a partir da ordem de serviço e/ou memorando autorizativo emitido pelo Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão.**

6- RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1 No dia, hora e local designados serão abertos os envelopes nos prazos estabelecidos no presente edital, contendo a proposta comercial e a documentação de habilitação. Estarão presentes na abertura dos envelopes um representante da Divisão de Compras e todos os que se interessarem, de acordo com a seguinte rotina:

A – Abertura do Envelope “1”, contendo as Propostas Comerciais dos proponentes e classificando-as por ordem crescente do menor para a maior.

B – Abertura dos envelopes “2” da empresa que apresentou a melhor proposta e análise dos documentos de Habilitação nele contidos. Caso não seja habilitada, procederá a abertura do envelope da segunda empresa que ofertar o menor preço, até que uma empresa seja considerada habilitada.

C – **Todos os documentos constantes dos envelopes “1” e “2”, Proposta Comercial e Habilitação, que forem abertos deverão ser rubricados por todos os presentes e juntados ao processo;**

D – O não comparecimento ou permanência do proponente (ou representante credenciado) ao ato implicará na sua tácita concordância com as decisões.

7- DAS OBRIGAÇÕES E DAS PENALIDADES

7.1 A empresa vencedora que deixar de cumprir quaisquer das obrigações assumidas, bem como, deixar de cumprir os prazos de Execução dos eventos constantes do cronograma indicado pelo Município ficará sujeita às penalidades descritas no contrato e, ainda:

A – Multa por dia de atraso equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor do objeto.

8- DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

8.1 Quaisquer outras informações, poderão ser obtidas pelos interessados, em dias úteis, no horário de 9:30h às 16:00h, na Secretaria de Administração, na Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ, ou pelo telefone/WhatsApp (24) 2224–7036.

8.2 Todos os documentos de habilitação e propostas de preços passarão a ser partes integrantes do processo, não sendo cabível a devolução dos mesmos, salvo os envelopes “2” não abertos.



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal de Administração

São José do Vale do Rio Preto, em 06 de novembro de 2024.

EVERTON FERREIRA MACHADO
Chefe da Divisão de Compras



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO NA CONDIÇÃO DE CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, E DO OUTRO COMO CONTRATADA A SOCIEDADE EMPRESÁRIA XXXXXXXXXXXX NA FORMA ABAIXO:

Aos XXXXX do mês de XXXX de XXXXXX, em sua sede, na Rua Cel. Francisco Limongi, – Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 32.001.836/0001–05, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Gilberto Martins Esteves**, brasileiro, contabilista, portador do CRC/RJ n.º 077162/O-8, e do CPF n.º 920.134.577-15 e CI: 07539877-6-IFP/RJ, residente e domiciliado à Rua Alberto Martins Esteves, nº 33, Novo Centro, São José do Vale do Rio Preto – CEP: 25.780-000 - Centro - São José do Vale do Rio Preto – RJ e a sociedade empresária **XXXXXX** inscrita no C.N.P.J. sob o n.º XXXXX, com sede à XXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo XXXXX, RG n.º XXXXX e C.P.F. n.º XXXXXX, firmam o presente **CONTRATO** decorrente do procedimento Chamamento Público nº XXXX/2X, consubstanciada nos autos do processo administrativo nº XXXX/202X, e o fazem segundo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

OBJETO	<p>O objetivo do presente chamamento é selecionar, dentre os participantes que se apresentarem, a melhor proposta de acordo com as regras estabelecidas neste termo, visando à contratação de empresa especializada, com FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E CALÇAMENTO AO ENTORNO DO NOVO IMÓVEL DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO BAIRRO POUSO ALEGRE – SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ, de conformidade com as especificações trazidas nos <u>anexos</u> que contém Minuta do Contrato (Anexo I), Declaração Unificada (Anexo II), Metodologia para cálculo de garantia adicional (Anexo III), Declaração de conhecimento dos locais e condições (Anexo IV), Caderno de Encargos (Anexo V), a composição de custos: BDI (Anexo VI), Memória de Cálculo (Anexo VII) e Planilha Orçamentária (Anexo VIII), o Cronograma Físico-financeiro (Anexo IX) e o Projeto Básico (Anexo X) para execução do objeto.</p> <p>VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 107.594,30</p>
---------------	---

Parágrafo Único: O regime de execução do objeto ora contratado é o de empreitada integral com fornecimento de mão-de-obra e material, em conformidade com o disposto no art. 46, Inciso III, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS:

São parte integrante do presente Contrato

I – O edital que regulou o procedimento de Chamamento Público nº XXX/XX, todos os seus anexos, obrigando-se o Contratado ao cumprimento das normas e disposições nele contidas, ainda que não expressos no presente instrumento.

II – A proposta de preço apresentada pela Contratada, que se obriga ao cumprimento de todas as condições nela contidas, ainda que não expressas no presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É obrigação da Contratada:

I - Executar os serviços ora contratados elencados nos anexos do presente contrato;

II – Estar, e manter-se, em situação regular perante os órgãos de classe;



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Secretaria Municipal de Administração

III – Responder, à sua conta, por todas as despesas referentes às obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, emanadas das esferas federal, estadual e municipal;

IV – Indicar, no ato da assinatura do presente Contrato, o preposto que irá representá-la no local da obra ou sempre que a relação contratual que ora se estabelece o exigir;

V – Emitir as notas fiscais referentes a cada uma das etapas que concluir, fazendo-as acompanhar de cópia do diário de obra referente a cada etapa a que se referir o documento fiscal emitido;

VI – Permitir a fiscalização da execução do objeto ora contratado pelos órgãos técnico, de fiscalização e de controle da Contratante, fornecendo todas as informações que forem solicitadas;

VII – Manter, ao longo da vigência do presente Contrato, as mesmas condições de habilitação verificadas no procedimento licitatório;

VIII – Garantir a qualidade, solidez e segurança das obras executadas pelo prazo de 5 (cinco) anos;

IX – Notificar o Contratante sempre que ocorrer anormalidade no andamento da obra;

X – Comprovar, ao final de cada etapa, o recolhimento dos tributos devidos em decorrência da execução objeto contratado;

XI – Requerer o pagamento das etapas de obras de acordo com o cronograma físico financeiro, instruindo cada requerimento com a comprovação do pagamento dos tributos devidos equivalentes a etapa executada, assim como de cópia do diário de obra referente a mesma etapa;

XII – Manter o diário de obra, permitindo o acesso ao mesmo pelos órgãos técnico, de fiscalização e de controle da Contratante;

XIII – Realizar as suas expensas os reparos, correções, remoções, reconstruções em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

XIV – Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto ora contratado;

XV – Apresentar a relação de profissionais que trabalharão na execução do objeto contratado, bem como apresentar em cada recebimento de etapa a quitação dos encargos trabalhistas e previdenciários dos seus funcionários;

XVI – A realização de eventual protesto de título executivo não ocorrerá antes de decorridos 90 (noventa) dias do vencimento da prestação;

XVI.I – Não sendo observado o prazo fixado do item VIII, a contratada suportará exclusivamente as custas incidentes inerentes ao ato, devendo providenciar a baixa do eventual protesto às suas expensas em prazo de até 3 (três) dias úteis após a notificação do Município, sob pena de multa de até 10% (dez por cento), prevista na cláusula décima primeira.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

É obrigação da Contratante:

I - Fiscalizar a execução do contrato através da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, sem embargo da atuação de outros órgãos com competência para tanto;

II - Realizar os pagamentos nas datas previstas do presente contrato, após a fiscalização de obra atestar a conclusão da etapa;

III - Exigir da Contratada apresentação das Notas Fiscais/Faturas correspondentes às parcelas de pagamento previstas em sua proposta e aceitas pela fiscalização da Contratante, acompanhadas de cópia do diário de obra relativa a cada etapa;

IV – Exigir do contratado apresentação no ato do pagamento, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários originados pelo objeto contratado;

V – Entregar o local em perfeitas condições para o início da obra.

VI – Devolver a garantia ao Contratado na data de emissão do termo de aceitação e recebimento final da obra.

VII – Acompanhar e fiscalizar a execução da obra.

VIII – Exigir do Contratado a manutenção de diário de obra, cuja cópia obrigatoriamente deverá constar da instrução do requerimento de pagamento de cada uma das etapas.

CLÁUSULA QUINTA: VALOR DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO:

I - O valor a ser pago pelo objeto ora licitado é o de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXX), fixos e irrevogáveis, para realização dos serviços descritos neste contrato, mediante cronograma físico financeiro, objeto da proposta e anexo ao presente.

II – O pagamento do valor de cada parcela será efetivado no prazo Máximo de 30 (trinta) dias a contar da autuação do feito no protocolo da municipalidade após o adimplemento da parcela.



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Secretaria Municipal de Administração

- II.I** – O não pagamento no prazo implicará em multa de 0,5% ao mês, sobre cada parcela devida.
- III** – O órgão municipal responsável pelo pagamento exigirá do Contratado apresentação no ato do pagamento, a apresentação de comprovante de recolhimento dos encargos providenciários originados pelo objeto Contratado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGENCIA DO CONTRATO E ALTERAÇÕES

2.1 – O prazo de entrega dos serviços será de **XXXX (XXXXXXX) dias consecutivos, com sua vigência a partir da ordem de serviço e/ou memorando autorizativo emitido pelo Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão.**

2.2 – O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias a contar da data da sua entrega.

II – O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pela legislação, sempre através de termos aditivos numerados em ordem crescente, devidamente fundamentado previamente.

CLÁUSULA SETIMA: FISCALIZAÇÃO

I – O presente Contrato reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, em especial a Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

II – A fiscalização do presente Contrato será exercida por XXXXXXXXXXXXX, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

III – O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

IV – Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

V – Caberá à pessoa a ser indicada pela CONTRATADA a realizar o ateste das notas fiscais/faturas correspondentes ao fornecimento.

VI – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a legislação.

CLÁUSULA OITAVA: DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

O Contratado declara ser do seu inteiro conhecimento todas as normas decorrentes do presente Contrato e de seus anexos, concordando em sujeitar-se às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes mesmo quando não expressamente transcritas no presente instrumento.

Parágrafo Primeiro - O Contratado declara aceitar todas as inspeções e controles que vierem a ser adotadas pela Fiscalização, obrigando-se a facilitar-lhe todas as explicações e esclarecimentos que esta necessitar e que forem julgados precisos ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Segundo - A existência e atuação da fiscalização da Contratante em nada restringe a responsabilidade da Contratada, no que concerne ao fornecimento ora contratado e a sua execução, bem como, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados, não implica em co-responsabilidade do Contratante.

CLÁUSULA NONA: RESCISÃO/RESILIÇÃO/RESOLUÇÃO

Constituem razões para rescisão/resilição/resolução do presente contrato, conforme o caso:

- I** – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II** – O cumprimento irregular e/ou parcial de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III** – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- IV** – O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado e das demais obrigações contratuais;
- V** – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Secretaria Municipal de Administração

VI – A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

VII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da sociedade empresária que prejudique a execução do contrato;

VIII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está vinculado o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

IX – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

X – A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XI – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XII – A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a Comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

XIII – O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

XIV – A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à administração;

XV – A suspensão, por parte da administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido pela legislação;

XVI - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas, destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizado a situação;

Parágrafo Único: Os casos de rescisão/resilição/resolução contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado a parte contrária o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com os serviços objeto deste edital correrão por conta da dotação orçamentária Reserva nº XXXXX/202X programas de trabalho nº XXXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS MULTAS E PENALIDADES

I - Além das sanções previstas no Art.155 e 156 da Lei Federal 14.133/2021 e demais normas pertinentes, a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

II - Pela recusa em assinar o presente contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

II.I – O prazo para assinatura do contrato será de 72 (setenta e duas) horas após a convocação da empresa pela Secretaria de Administração - Setor de Contratos.

III - Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;

IV – O atraso de responsabilidade da CONTRATADA na conclusão de qualquer etapa na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de multa moratória, no valor correspondente a 5% (cinco) por cento do valor da etapa, por dia de atraso;

V – A multa que alude o dispositivo antecedente não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei 14.133/2021 e suas alterações;

VI – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contrato;

VII – Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

VIII – Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa, na forma prevista no item I da cláusula décima primeira;



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Secretaria Municipal de Administração

- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

As partes CONTRATANTES elegem o Foro da Comarca de São José do Vale do Rio Preto – RJ, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais vantajoso que possa ser, para dirimir todas e quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato e sua execução que possam exigir a provocação da Jurisdição.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

São José do Vale do Rio Preto, em XX de XXXXXX de 2024.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Gilberto Martins Esteves
Contratante



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO II

DECLARAÇÃO

_____(Nome da Empresa)_____, CNPJ/MF Nº _____,
sediada a _____(Endereço Completo)_____.
REF: **Chamamento público Nº _____/2024.**

- a) DECLARA, que está ciente e atende todas as condições descritas no Termo de Referência;
- b) DECLARA, sob as penas da Lei, que na qualidade de fornecedor, não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
- c) DECLARA, que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- d) DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;
- e) DECLARA, sob as penas da lei, que não integra em nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal;
- f) DECLARA, que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no Aviso de Dispensa;
- g) Declara que não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei 8.429/92;
- h) Declara que o(s) produto(s) ofertados atende(m) na íntegra as exigências deste Termo de Referência e que a(s) marca(s) e especificação(ões) entregues serão a mesma ofertada na proposta;
- i) *Declara cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, IV da lei 14.133/2021;*
- j) Declara Que toda documentação anexada junta à proposta é autêntica;
- k) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, IV § 1º da lei 14.133/2021;
- l) Quando Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual:

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que tem ciência da observância dos limites de valor anual de enquadramento conforme art 4º § 2º da lei 14.133/2021.

DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, Local _____, ____/____/20____.

(Nome e Documento de Identidade do Declarante):

OBS. Esta declaração deverá ser emitida PREFERENCIALMENTE em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO III

METODOLOGIA PARA CÁLCULO DE GARANTIA ADICIONAL

Roteiro para verificação de garantia adicional em licitações de obras e serviços de engenharia

1º Passo:

85% de R\$ 107.594,30 (valor orçado pela Administração) = R\$ 91.455,15.

OBSERVAÇÃO: verificar se o valor da proposta vencedora é inferior aos 85% do valor orçado pela Administração.

2º Passo:

Valor final da proposta:

R\$ 86.075,44 (20% de desconto)

CÁLCULO DA GARANTIA ADICIONAL

R\$ 91.455,15. (1º passo) - R\$ 86.075,44 (2º passo) = R\$ 5.379,71.

OBSERVAÇÕES:

- Se o preço da proposta vencedora for inferior ao valor relativo aos 85%, haverá garantia adicional;
- Se o preço da proposta vencedora for superior ao valor relativo aos 85%, não haverá garantia adicional.
- Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES

Chamamento Público nº XX/2024

Declaramos que temos pleno conhecimento dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra de, conforme estipulado no edital de Chamamento Público nº XX/2024 reconhecendo ainda que tal circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou recomposição (reequilíbrio, revisão ou repactuação) de preços quanto ao aqui declarado.

Local e data

(NOME DA EMPRESA)
Representante
CPF

Responsável técnico da Sociedade Empresária
CPF
CREA